AS POTENCIALIDADES DA BIBLIOTECA PARQUE PARA A SUSTENTABILIDADE: DIMENSÕES POSSÍVEIS

Felipe Vlaxio, Universidade Federal do Amazonas, <u>felipevlaxio@ufam.edu.br</u> Waleska Oliveira, Universidade Federal do Amazonas, <u>w.e.s.oliveira1002@gmail.com</u>

Resumo

O presente artigo se debruça sobre as potencialidades das bibliotecas parque para a sustentabilidade a partir de uma angulação temática das ações em bibliotecas e o meio ambiente. O problema aqui endereçado se expressa nas novas formas de atuação de bibliotecas e bibliotecários frente às questões ambientais planetárias, emergentes nas discussões sociais do mundo. Assim, a pesquisa conserva como objetivo principal elencar as variáveis do potencial que as bibliotecas parque oferecem no auxílio da busca pela sustentabilidade nas regiões em que se encontram inseridas. Para sustentar tais variáveis, o trabalho aciona como metodologia uma breve revisão sistemática de literatura sobre bibliotecas parque, a fim de contextualizar modelos de sucesso encontrados na Colômbia e no Brasil, e para alicerçar as ações prospectadas pelos pesquisadores a partir do conteúdo revisado. Como resultados do estudo, tem-se as potencialidades divididas em cinco categorias, que são apresentadas como dimensões ambiental, educacional, social, cultural e tecnológica. Estas, por sua vez, assomam-se à dimensão informacional, tradicionalmente praticada nas bibliotecas, mas que se expande por meio da necessidade de evolução da relevância desses espaços nos cenários urbanos.

Palavras-chave: bibliotecas parque, sustentabilidade, cidades.

1. Introdução

As bibliotecas vêm se reinventando ao longo de sua trajetória, buscando reafirmar sua relevância no escopo social para prover aos usuários acesso à informação e organização do conhecimento. Mais recentemente, as investidas de reformulação de seu papel têm tocado um tema bastante emergente no mundo, que se expressa na questão da sustentabilidade. Com base nisso, surgiram as bibliotecas parque, que, mais do que manter a dimensão informacional de guarda da memória das cidades e disseminação do conhecimento, agora se juntam à luta pelas causas ambientais, ressignificando o papel das bibliotecas públicas pelas vias sociais que se encaminham para a preservação do planeta.

No cerne desta concepção, o presente trabalho suscita a seguinte questão de pesquisa: dentre as várias potencialidades da biblioteca parque, quais delas podem se alinhar às recomendações para a sustentabilidade? Tal indagação vai ao encontro de iniciativas globais sobre o tema, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), e ao mesmo tempo legitima as bibliotecas neste cenário por meio de

1



documentos como o da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), que expõe as possibilidades de atendimento aos objetivos formulados pela ONU.

Diante disso, o estudo aqui submetido tem como objetivo central elencar, a partir de uma consulta à literatura, as variáveis do potencial que as bibliotecas parque oferecem no auxílio da busca pela sustentabilidade nas regiões em que se encontram inseridas. Os desdobramentos dessas potencialidades se mostram férteis, de modo que prospectá-los se torna um exercício de reflexão sobre a própria atuação das bibliotecas nas novas configurações em que têm se apresentado à sociedade, como no caso das bibliotecas parque.

Nesta medida, este trabalho embasa-se na justificativa de situar as bibliotecas como instrumentos do Estado para auxiliar as práticas sustentáveis, os hábitos sensíveis ao meio ambiente e a educação de indivíduos com foco nas ações perpendiculares ao cotidiano citadino em que vivem. Logo, espera-se que esta pesquisa — que pode ser expandida da teoria para a prática futuramente — estimule discussões sobre o papel das bibliotecas parque como integrantes do protagonismo na luta pelas causas ambientais e na necessidade de preservação do planeta.

2. Fundamentação teórica

Ao longo da história, as bibliotecas passaram por diversas metamorfoses que lhe permitiram adaptar-se às necessidades da humanidade no complexo conjunto que se traduz no tratamento, na disseminação e no acesso à informação. Tais metamorfoses computam mudanças em termos de estruturas físicas, é claro, mas também mudanças sociais, ideológicas, culturais, políticas, dentre outras ramificações da vida em sociedade, um desdobramento da civilidade na busca pelo conhecimento, comportamento este que podemos considerar citadino na configuração das estruturas sociais.

Todavia, Russo e Silva (2013, p. 1) esclarecem que, mais do que nunca, "a tradicional função da biblioteca pública vem sendo questionada nas últimas décadas". Conforme o mundo tenta se adequar às cada vez mais frequentes mudanças, torna-se imprescindível questionar tal adequação também da máquina do Estado às mudanças experimentadas, levando em consideração nessa máquina a própria biblioteca, ou a escola, o teatro, as agências de assistência social, os institutos culturais e assim por diante.

Isto significa, por um lado, reformular a concepção desses espaços, e, por outro, realizar equivalências sociais que continuem a direcioná-los ao *modus vivendi* citadino. Ou seja, tornar a atuação dessa máquina mais próxima da sociedade de um modo abrangente, tocando não apenas uma parcela da população cuja tendência erudita a impele à frequência desses espaços, mas também a parcela da população invisibilizada pelas vulnerabilidades sociais, pelas faltas de políticas públicas, pelo distanciamento da cultura servida pelo Estado em suas mais variadas camadas.



Logo, ainda que bastante flexível ao longo de sua trajetória, a própria biblioteca necessita reinventar-se no grande esquema da sociedade. Neste respeito, Spudeit e Prado (2017, p. 142) apontam que as bibliotecas "são consideradas pela sociedade como espaços livres, ricos e acessíveis quanto ao conhecimento técnico e cultural não somente pelo ambiente em que atua, mas por todo um conjunto", e que, além disso, "em muitos países, estas bibliotecas recebem um bom apoio do governo e de iniciativas privadas, pois são respeitadas perante o seu importante papel que por elas necessita ser desenvolvido".

Dentro dessa expectativa, as bibliotecas — especialmente as públicas, porém não as únicas — assumem o papel de espaços para suprir demandas informacionais das comunidades nas quais se encontram inseridas. Essas demandas são convertidas nas necessidades por produtos, serviços e processos relativos à busca pela informação, que não se restringem pelo acesso a acervos de livros e periódicos, mas, mais frequentemente, acesso a equipamentos, tecnologias, processos formativos, aquisição de competências em informação, dentre outros insumos materiais e imateriais para possibilitar a real execução de suas funções perante os usuários da comunidade.

Por conta dessas tendências de mudança, "cada vez mais as bibliotecas vêm atraindo a atenção de pesquisadores, de empreendedores socioculturais, das universidades, de interessados no tema da biblioteca como componente de ajuste social" (Silva, 2016, p. 43). Ainda segundo o autor, isso se legitima "tanto para conhecer mais sobre a vivência nesse ambiente, como para propor ações ou desfrutar do que as bibliotecas oferecem", o que, em simultâneo, tanto reconhece o papel social das bibliotecas como lhe habilita como um espaço — talvez desterritorializado — em que muitas ações podem ser convertidas para o atendimento das pessoas em um universo informacional, e tudo que dele se lastra.

Para ilustrar o cenário que se apresenta, trazemos alguns dados de interesse:

Atualmente as bibliotecas públicas são os equipamentos culturais mais presentes nos municípios do Brasil, segundo os dados apresentados pelo IBGE/Munic, em 2013. São encontradas em 97% dos 5.564 municípios brasileiros, ou seja, é o equipamento cultural mais presente no cenário brasileiro. Porém boa parte da população relata que não existe ou não sabe (Castro, 2020, p. 9).

Além disso,

As bibliotecas públicas, por serem instituições mantidas pelo Estado (Município, Estado e Federação), devem ser as primeiras a incorporarem a construção sustentável, critérios e princípios de economia de recursos naturais, minimizar o impacto ambiental, gerenciando racionalmente os bens públicos, além da gestão adequada de resíduos sólidos e não esquecendo de cumprir sua missão colaborando para ampliar o acesso à

informação, incentivar a leitura e práticas sustentáveis (Cardoso, 2015, p. 30 *apud* Raulino; Meira, 2021, p. 21).

No primeiro dado, observa-se o alcance indiscutível que as bibliotecas possuem no território nacional, tornando-se presentes em todo o quadro geográfico do país, embora ainda sejam menos frequentadas do que o ideal, seja por falta de conhecimento acerca de sua existência, ou por — e principalmente — falta de uma atuação mais contundente na rotina dos cidadãos. No segundo dado, por sua vez, há certos indícios que esclarecem argumentos do primeiro dado, isto é, cabe concluir que o vínculo quase sempre com o poder público carece de propostas e políticas que estimulem os potenciais da biblioteca na perspectiva de ser um instrumento do Estado que dê conta de auxiliar, expandir e sensibilizar a população sobre a informação, como no próprio âmbito da sustentabilidade.

Partindo dessa conjuntura, é possível entender a biblioteca como um equipamento cultural, que talvez se mostre como o conceito mais apropriado para abranger as potencialidades desse espaço em uma estrutura organizacional que transcende o funcionalismo, a burocracia e as restrições no imaginário popular a seu respeito. "Por equipamento cultural considera-se tanto as edificações em que se realizam as práticas culturais, como corpos estáveis ou grupos que se dedicam à produção e criação de tais práticas" (Leal, 2018, p. 35).

A partir dessa definição pontual, porém, necessária, verifica-se mais fácil enxergar as possibilidades dessa transcendência, como no entendimento de Russo e Silva (2013, p. 3), para quem as "bibliotecas tradicionais, históricas, institucionais, nacionais, escolares, universitárias, públicas, comunitárias, temáticas, informatizadas, digitais, virtuais [...] tem a capacidade de se reinventar sempre, o que lhe tem garantido a sobrevivência". Sobrevivência, aqui, traduz-se em um termo primordial para retomar a necessidade de metamorfose que este instrumento do Estado possui desde que passou a ser entendido como imprescindível para a guardar a memória de uma determinada região, mas também para garantir a perpetuação da informação de qualidade, educadora, emancipatória e ciente das lutas sociais, das emergências ambientais, das pautas políticas e, sobretudo, da autonomia do cidadão pelo acesso ao conhecimento.

Na concepção deste trabalho, embora atravesse diversas camadas da sociedade, vê-se pertinente direcionar a discussão sobre as potencialidades da biblioteca para a questão da sustentabilidade. O diálogo entre o espaço da biblioteca e o meio ambiente não é novo, mas — como assinalado por Silva (2016), Spudeit e Prado (2017), Corrêa, Sá e Sobral (2019), dentre tantos outros autores que se debruçam no estudo sobre a angulação entre ambas as temáticas — nos últimos anos esse debate vem tomando uma urgência mais evidente.

Isso se deu em especial com a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) na Agenda 2030, e no documento da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2016), no qual a



federação elenca ações para promover e implementar os objetivos da Agenda 2030 nas bibliotecas. Uma dessas possibilidades se expressa em uma nova configuração da biblioteca — e mais uma metamorfose em sua história — por meio das Bibliotecas Parque, compreendidas aqui como uma evolução da biblioteca pública.

As características das bibliotecas parque se alinham ao perfil citadino das regiões em que vêm sendo construídas, e não é algo incidental. Castro (2020, p. 7) elucida que "[...] a cidade é o instrumento da vida impessoal, o molde em que diversidade e complexidade de pessoas, interesses e gostos tornam-se disponíveis enquanto experiência social". Nesse espaço citadino e plural, o protagonismo fica por conta dos cidadãos, de modo que, tal qual apontam Russo e Silva (2013, p. 14), à biblioteca pública, cujo entendimento se estende hoje para as bibliotecas parque, "além de todos os parâmetros estabelecidos pelos órgãos nacionais e internacionais, poder-se-ia acrescentar ainda outra função: a de instituição promotora de esperança. Esperança de diminuir o tamanho do abismo socioeconômico que separa brasileiros de brasileiros".

Com este respeito, cabe apresentar neste ponto dois aspectos muito particulares às bibliotecas parque. O primeiro deles se refere ao crescimento constante das ações deste espaço nos núcleos das questões ambientais. Para Weber (2012, p. 493 *apud* Raulino; Meira, 2021, p. 22), "ao pensarmos a biblioteca como um organismo vivo, dinâmico e crescente, é possível pensála como alicerçada nas diretrizes que norteiam a sustentabilidade". O segundo aspecto lida com o fenômeno de desterritorialização da cultura, que podemos associar, de acordo com Leal (2018, p. 36), "aos processos de transformação do espaço urbano, uma vez que este também se caracteriza pelos processos culturais e imaginários. Nesse aspecto, a cultura pode dar novo sentido a cidade, ressignificando suas edificações". Ainda de acordo com o autor, isso pode ocorrer "a partir de processos de produção que estão para além dos valores puramente mercantis, abrangendo também processos simbólicos, de sociabilidade, de criação e urbanidade".

Assim, sendo um instrumento do Estado, estas elucidações acrescem à biblioteca uma ideia de "[...] instituição social, prestadora de serviços que pode abrir caminhos para melhorar a qualidade de vida e promover a cidadania" (Russo; Silva, 2013, p. 14). Todavia, para que isso se consolide no corpo da sociedade, os autores alertam para a necessidade de discussões voltadas à biblioteca na academia, e que a "Universidade participe deste importante processo de reinvenção da biblioteca pública".

Nesta medida, é possível sinalizar que as bibliotecas comportam um potencial de educação por meio do qual pode desenvolver atividades oriundas ao ato de educar os usuários como complemento tanto da própria educação formal nas escolas, mas também da educação contínua nas diversas áreas da sociedade que atravessam a vida dos indivíduos. Isto porque, segundo Corrêa, Sá e Sobral (2019, p. 5) "cada biblioteca possui um contexto, um público, uma natureza e serviços de informação condizentes com sua missão, mas todas possuem um compromisso social [...]". E nisso se inclui também a sensibilização das pessoas acerca da sustentabilidade e do meio ambiente.



Contudo, Raulino e Meira (2021, p. 17) enfatizam que, "mais do que atender a uma recomendação normativa, a sustentabilidade na pauta das bibliotecas públicas representa o compromisso e a responsabilidade social de atuar como protagonistas nesse contexto". É nessa perspectiva que entram em cena as bibliotecas parque, que trazem consigo um estímulo a esta responsabilidade social desde sua concepção até o seu factual funcionamento no contexto em que se vê inserida.

Em todo este contexto, surgiu uma nova categoria de biblioteca pública chamada biblioteca-parque. Ela nasceu na cidade de Medellín, Colômbia, por iniciativa do governo em trazer para uma determinada região da cidade mais bem-estar social e cultural. A palavra "parque" faz referência ao fato de que a biblioteca não é um espaço unicamente de livros, mas de lazer, teatro, dança, oficinas, música, acesso à internet e tantas outras atividades (Spudeit; Prado, 2017, p. 143).

Além dessas concepções seminais, a experiência colombiana mostra que tais bibliotecas precisam alcançar populações diversas, e não apenas aquelas centralizadas no coração urbano das cidades. No Brasil, esta recomendação vem sendo atendida — especialmente no Rio de Janeiro — a partir de localidades mais afetadas pelas vulnerabilidades sociais, cuja importância dessa característica é apontada por Russo e Silva (2013, p. 7) ao mencionarem que a Biblioteca Parque España foi construída em "uma das favelas mais violentas de Medellín, na Colômbia".

Não basta, portanto, que as bibliotecas parque ofereçam um vasto catálogo de produtos, serviços e processos, se, por outro lado, se mantiverem distantes do público que mais precisa usufruir desses insumos informacionais. Por certo, "as bibliotecas parque muito se assemelham às bibliotecas públicas" (Silva, 2016, p. 32). Todavia, essa semelhança necessita de uma extrapolação das ações tradicionais da biblioteca, na qual não apenas haja ofertas de produtos, serviços e processos, mas que esses insumos se aproximem cada vez mais das necessidades dos usuários daquela comunidade, e, por isso, outros insumos não tradicionais — que não se restrinjam, por exemplo, a empréstimos de obras em um acervo monográfico — podem e devem ser oferecidos à população.

Partindo da experiência de Medellín, Hübner e Pimenta (2020, p. 25) elencam quais poderiam ser estes outros insumos informacionais, todos passíveis de oferta na estrutura das bibliotecas parque: "gestão de informação, formação de usuários, promoção de leitura e escrita, serviços de acesso, apropriação e geração de conhecimentos de novas tecnologias, serviços de extensão de biblioteca, atividades de extensão cultural e agências de práticas sociais". Embora tais insumos sejam oferecidos por bibliotecas públicas, não há ainda uma formalização em sua oferta, o que oportuniza às bibliotecas parque uma alternativa à atuação da biblioteca pública.

Ainda no tema, é possível discutir a atuação dos profissionais que integram os recursos humanos desses espaços. Em se tratando do bibliotecário, Cardoso e Machado (2017, p. 146)



sustentam que este profissional "deve contribuir de forma ativa para o desenvolvimento sustentável da região que atua, disseminando a informação ambiental e colocando em prática suas habilidades e competências como gestor de informação e educador ambiental". Contudo, em uma biblioteca parque, que pode ofertar variados insumos voltados para a informação, educação, cultura e outros aspectos prementes às necessidades dos usuários, há a possibilidade da participação de outros profissionais, como assistentes sociais, agentes de saúde, profissionais da sociedade civil e tantos mais cuja experiência se somem às contribuições para emancipação das pessoas tocadas pela biblioteca.

Trata-se, portanto, de uma extensão da configuração citadina das bibliotecas, que integram a cidade como instrumentos do Estado no papel de equipamento cultural. Além disso, as edificações prediais dessas bibliotecas também podem apresentar-se como integrantes do cenário citadino, de preferência quando são construídas com o foco nos serviços que visam oferecer. Compreende-se, contudo, que nem sempre é viável construir um prédio novo, mas, ao invés disso, adaptar instalações físicas pré-existentes na cidade. Ainda assim, na importância dos orçamentos públicos, prédios como os das bibliotecas parque podem se inserir no composto urbano como instrumentos eficazes para atendimento da população.

Exemplo desta possibilidade é assinalado por Castro (2020, p. 6), cujo estudo aponta novamente a experiência colombiana de sucesso ao esclarecer que a Biblioteca Parque España "acabou se tornando referência mundial após intervenções feitas, chamadas 'acupuntura urbana', trabalhando diversos pontos da cidade como mobilidade eficiente e qualificada, segurança e equipamentos públicos, atendendo bairros nobres e periféricos". O autor vai além, e apura que "várias ações foram realizadas, envolvendo a recuperação de setores fragilizados, tais como as favelas tomadas pelo tráfico, locais degradados e intransitáveis, perdidos para a população de bem".

É possível argumentar, também, que a revolução em Medellín para as bibliotecas permitiu a estes equipamentos culturais "atuarem ativamente na vida urbana, fazendo parte dos planos de desenvolvimento, além de possibilitarem a restauração da esperança em espaços urbanos, castigados pela pobreza, pelas desigualdades e pela violência expressa de diferentes formas" (Rey, 2018 *apud* Hübner; Pimenta, 2020, p. 27). Todos esses modelos de sucesso permitem ponderações de replicação em outros países, como no próprio território brasileiro, que contabiliza tentativas eficientes de implementação desse novo jeito de praticar a biblioteca.

Afinal, segundo Cardoso e Machado (2017, p. 142), por ser um país com grandes quantidades de recursos naturais, o Brasil deve "trabalhar intensamente na construção de políticas públicas voltadas para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, de maneira a regular, estruturar e induzir ações e práticas sustentáveis". Este trabalho sugere como argumento a declaração de que as bibliotecas públicas, na sua configuração de bibliotecas parque, podem ajudar nesse trabalho.

Neste contexto, as bibliotecas públicas têm um importante contributo a fazer em termos de disponibilizar espaços, serviços e produtos de informação e, quando tem a possibilidade de ser referência em inovação, recuperação, preservação e disseminação de informações, participando no desenvolvimento dos indivíduos de formas sustentável e participativa. No entanto, é necessária uma conscientização dos governos nas esferas municipais, estaduais e federais, já que estes espaços requerem investimentos e políticas públicas sérias para desenvolver um trabalho que traga resultados a médio e curto prazo. Para ajudar a promover a sustentabilidade do planeta, o governo brasileiro necessita pensar na sustentabilidade financeira das próprias bibliotecas e demais equipamentos culturais públicos que se encontram atualmente fechados no estado do Rio de Janeiro (Spudeit; Prado, 2017, p. 151, grifo nosso).

Porém, o que se vê é um caminhar ainda muito lento na direção dessas alternativas:

Poucas experiências se destacam no Brasil por seguir esse novo modelo de biblioteca pública. As bibliotecas parque no Rio de Janeiro e em São Paulo são alguns exemplos, por possuírem estrutura diferenciada e horário de atendimento ampliado — funcionam nos fins de semana — e desenvolverem ainda uma série de programações e de atividades culturais e educacionais envolvendo a comunidade. Também se caracterizam por estarem instaladas nas comunidades, especialmente aquelas em áreas de risco e com alto índice de violência. **Sobressaem na proximidade com as pessoas, promovendo o elo entre a cultura, a informação e o cidadão** (Raulino; Meira, 2021, p. 18, grifo nosso).

Voltamos às questões que orbitam a reutilização de prédios públicos pré-existentes, como os das bibliotecas públicas, ou a construção de novos prédios para atenderem os requisitos de uma biblioteca parque. Esta segunda opção nem sempre se mostra viável no esquema orçamentário das cidades, o que incorre em impossibilidades de adesão à tendência das bibliotecas parque. Entretanto, para Cardoso e Machado (2017, p. 145), há alternativas que extrapolam a necessidade de implementação de projetos urbanos sustentáveis, haja vista que "além da construção de edifícios sustentáveis, existem várias práticas que podem ser aplicadas no dia a dia de uma biblioteca para diminuir o impacto do homem sobre a natureza e promover o desenvolvimento sustentável da região".

Justapondo-se a estes argumentos, Corrêa, Sá e Sobral (2019, p. 5) lembram de modo pontual que "[...] as bibliotecas têm a capacidade de potencializar o aprendizado ao longo da vida, fomentando o acesso à informação e comprometendo-se como um dos agentes sociais importantes para o cumprimento da Agenda 2030", o que coloca a biblioteca novamente em lugar de destaque no auxílio ao Estado para conscientização dos usuários em relação ao planeta por meio da informação ambiental.



Quanto a este interesse, Cardoso e Machado (2017, p. 143) tecem como argumento que "a disseminação da informação ambiental é essencial, pois colabora para ampliar o conhecimento da sociedade a respeito do meio ambiente e para a adoção de práticas sustentáveis e consequente melhoraria da qualidade de vida de uma determinada população [...]". Atentandose para todas essas elucubrações, um bom exemplo de replicação no contexto brasileiro é a Biblioteca Parque Manguinhos, no Rio de Janeiro, conforme se vê a seguir:

Projetada e construída com uma infraestrutura bastante diferenciada das bibliotecas públicas brasileiras, a Biblioteca Parque Manguinhos se destaca no conjunto de obras recém-construídas para atender à população carioca desta região. Na entrada da biblioteca, já é possível observar as dimensões surpreendentes deste projeto. Localizada no bairro de Manguinhos, porém atendendo a várias comunidades vizinhas da região, oferece aos seus usuários: serviços de consulta e empréstimo; acesso à internet; salão principal de leitura; salão para estudos; sala para oficinas e cursos; sala Meu Bairro; acervo em braile; filmoteca; ludoteca; cineteatro; aulas de música e atividades cívicas e temáticas (Russo; Silva, 2013, p. 8).

Criada a partir dos modelos de Medellín, a Biblioteca Parque Manguinhos se sustenta principalmente "com grande participação de crianças e jovens com diferentes atividades culturais, sociais e educacionais que geram oportunidades para impulsionar a cultura cidadã nas comunidades onde estão localizadas" (Spudeit; Prado, 2017, p. 147). O protagonismo social dos usuários é o que cede às bibliotecas parque uma proposta inovadora para os contextos das sociabilidades dos indivíduos que o espaço atende.

Outro exemplo inspirado nos modelos colombianos e implementado no Rio de Janeiro é a Biblioteca Parque da Rocinha, que, tal como a Biblioteca Parque Manguinhos, desenvolveuse a partir da extrapolação das atividades tradicionais da biblioteca pública. Dessa forma, sua atuação surpreende os usuários de modo positivo ao conscientizá-los de que o espaço da biblioteca pode ser desterritorializado culturalmente do estereótipo que carrega como um prédio antiquado reservado para guardar livros.

As oficinas oferecidas na biblioteca parque [da Rocinha] também atraem muitos adolescentes. Os cursos, normalmente de curta duração, estão inseridos no programa da Secretaria de Cultura chamado Favela Criativa, no qual Organizações Não-Governamentais (ONGs) se inscrevem para executar as oficinas. Durante o trabalho de campo tive acesso as oficinas "Jovens Turistas", "Regiões Narrativas", "Setor X" e a de música. A primeira tem o objetivo de "ampliar a visão de mundo do adolescente e sua habilidade de contar histórias por meio de (atividades) que envolvem viagens, criação de textos e reflexões sobre estas vivências". Já a segunda oficina acontece em três



módulos, cada um com três meses de aula, sendo uma por semana. A atividade inclui os cursos de Animação, Fotografia e Cinema documentário. Não é obrigatória a participação em todos os módulos. A proposta do Laboratório Editorial Setor X, é a de familiarizar os alunos com as técnicas que envolvem a produção de uma revista impressa. Na atividade de música são oferecidas aulas de instrumentos como violão, cavaquinho, pandeiro, flauta, clarinete/sax e bandolim, além da prática de conjunto e de apreciação musical (Maranhão, 2015, p. 90).

Essas atividades são exemplos de atuação das bibliotecas parque em sua inovação citadina para atendimento aos próprios cidadãos, considerando que "o acesso à informação tem que ser entendido como integrante da democracia ambiental, pois ela é vital para instrumentar a sociedade [...]" (Hazen, 1997, p. 31 *apud* Cardoso; Machado, 2017, p. 143). Não obstante, Silva (2016) pontua que o propósito da criação de uma biblioteca parque congrega em seu escopo o desenvolvimento da cidadania, o que se expressa com maior acurácia em regiões marcadas pela violência, que, por sua vez, tendem a possuir pouco ou nenhum acesso a estes tipos de insumos informacionais ofertados pelas bibliotecas.

Desta forma, trabalhar os aspectos de informação com os usuários se torna um posicionamento de resistência por meio do qual é possível "combater a exclusão social, tornar os indivíduos mais informados e reduzir a violência nas zonas carentes" (Silva, 2016, p. 43). Por esta mesma via, também é possível educar a população a respeito da sustentabilidade nos mais variados ramos da vida cotidiana das cidades, colocando o meio ambiente e as práticas sustentáveis, tais como promulgados nos objetivos da Agenda 2030, no centro das ações desenvolvidas nesses espaços.

Sobre isto, Hübner e Pimenta (2020, p. 24) esclarecem que o contexto no qual se criou as bibliotecas parque de Medellín remonta ao início dos anos 2000, época na qual a cidade colombiana enfrentava crises de violência urbana e desigualdade social, tornando a criação de bibliotecas parque em um instrumento do Estado para "dotar a cidade com espaços públicos de qualidade providos de funções culturais, recreativas, educativas, de treinamento, além de dar suporte às comunidades carentes da cidade".

Assim, é possível alinhar-se às discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade por meio de uma articulação formal tomada como parceria entre o Estado, as bibliotecas e os atores internacionais que debatem tais temáticas emergentes na sociedade. "Diante dos desafios e das mudanças no cenário mundial com relação às práticas sustentáveis, mediante a Agenda 2030 [...], as bibliotecas estão buscando se articular e colocar em prática as ações da Agenda" (Raulino; Meira, 2021, p. 21).

Essas parcerias, por certo, necessitam de mediadores treinados para dar conta das demandas práticas, mas também simbólicas, que as bibliotecas parque acrescentam ao bojo da



atuação do Estado. Por conta disso, Cardoso e Machado (2017, p. 142) apostam no envolvimento eficiente dos bibliotecários com as questões verdes, cuja expressão provém do conceito de *green library*, que, segundo os autores, "tem como foco as construções sustentáveis, *design*, arquitetura, gestão de recursos naturais e ambientais, bem como a educação ambiental em bibliotecas". Os autores complementam que, "com isso, muitas bibliotecas públicas e universitárias da Europa e dos Estados Unidos da América vêm adotando esse conceito e se transformando em bibliotecas verdes e sustentáveis".

Diante de todas essas potencialidades, alguns trabalhos apontam para uma adequação satisfatória das bibliotecas públicas, na configuração de bibliotecas parque, com as emergências oriundas da sustentabilidade. Spudeit e Prado (2017), por exemplo, argumentam que as bibliotecas parque possuem um alinhamento bastante próximo dos ODS da Agenda 2030 (ONU, 2015), e que o documento da IFLA (2016) se debruça sobre a estruturalidade dessas alternativas. Cardoso e Machado (2017) também seguem a mesma perspectiva, ao sugerir que a exploração de recursos naturais gera paradigmas em que a informação ambiental, também possibilitada pelas bibliotecas parque, deve se tornar força propulsora para as mudanças sociais na população em direção das práticas sustentáveis.

Na perspectiva dos estudos aqui revisados, compreendemos que há canais muito propícios para a biblioteca parque juntar-se aos instrumentos do Estado na busca por um planeta preocupado com a exploração de seus recursos naturais, e de uma população consciente de seus atos nessa parceria global. Em simultâneo a essas potencialidades, ainda é possível trabalhar os insumos informacionais com vistas a uma comunidade de indivíduos bem-informados, sensíveis às causas ambientais, e, sobretudo, contemplados pelos benefícios do conhecimento fomentados no espaço das bibliotecas.

3. Metodologia

Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se a partir de uma pesquisa básica e bibliográfica, sob o argumento de que propõe alternativas potenciais para a busca da sustentabilidade nas bibliotecas parque, sem a obrigatoriedade de sua aplicação. Além disso, recorre a uma consulta à literatura sobre as temáticas de bibliotecas parque e sustentabilidade, buscando uma angulação que possibilita sustentar a prospecção das potencialidades para este tipo de biblioteca com base nos trabalhos considerados no estudo.

A priorização destes trabalhos se deu por critério de atualidade e qualidade, considerando os últimos dez anos e a acurácia de seus dados em uma validação com a realidade, principalmente na checagem das informações sobre as bibliotecas parque colombianas e brasileiras. Também se considerou como critério trabalhos que pudessem ser recuperados em repositórios e bases de dado de acesso aberto e que fossem referenciáveis a partir de hiperlinks ativos para consulta posterior, todos retornados no uso da junção dos temos "biblioteca parque" + "sustentabilidade" no buscador Google Acadêmico.



A análise se deu por meio de uma revisão sistemática de literatura, empregada a partir de uma leitura flutuante (Bardin, 2011) com foco nos conceitos, ações e exemplos contidos nos trabalhos revisados. A partir da revisão sistemática, tornou-se possível construir um diálogo entre as fontes de modo a fomentar as ações prospectadas pelos autores desta pesquisa como potencialidades da biblioteca parque na busca pela sustentabilidade, divididas em cinco dimensões explanadas nos resultados deste trabalho.

4. Resultados

Os resultados aqui apresentados são prospecções dos autores da pesquisa com base na revisão sistemática de literatura. Estas recomendações são entendidas por esta pesquisa como inerentes aos novos modelos de atuação da biblioteca. Em virtude disto, a Tabela 1 foi esquematizada em uma estrutura de recomendações, por meio das quais se elenca ações possíveis para realização nas bibliotecas parque. Para organizar as ações, definiu-se uma divisão por dimensões nas quais as potencialidades da biblioteca parque para a sustentabilidade parecem mais bem expostas para compreensão das dimensões que integram.

Tabela 1 – Potencialidades da biblioteca parque para a sustentabilidade

Dimensão	Sustentação teórica nos tra- balhos revisados	Ações prospectadas pelos autores desta pesquisa
Ambiental	IFLA (2016); Cardoso e Machado (2017); Spudeit e Prado (2017); Corrêa, Sá e Sobral (2019); Raulino e Meira (2021).	 Tornar disponível o acesso à informação ambiental; Promover práticas sustentáveis; Facilitar o descarte correto de resíduos; Incentivar a reciclagem e a conservação de energia; Alertar os usuários sobre os problemas ambientais do planeta.
Educacional	IFLA (2016); Cardoso e Machado (2017); Spudeit e Prado (2017).	 Promover oficinas, palestras e treinamentos sobre hábitos sustentáveis; Sediar eventos educacionais com foco nas questões ambientais; Estimular o consumo de informação ambiental por meio do acesso a livros, periódicos e outros materiais do acervo; Realizar projetos sustentáveis, como limpeza de áreas verdes, com participação comunitária; Garantir a competência em informação por meio da autonomia dos usuários no manuseio dos insumos informacionais da biblioteca.
Social	Maranhão (2015); Castro (2020); Spudeit e Prado (2017).	 Promover discussões interativas sobre sustentabilidade; Permitir encontros entre especialistas e a comunidade;



		 Esclarecer o papel do cidadão na preservação do planeta em nível local e global; Fornecer acesso facilitado à informação, inclusive em horários diferenciados; Firmar parcerias com escolas e com o setor privado para estreitamento das ações sustentáveis.
Cultural	Maranhão (2015); Hübner e Pimenta (2020).	 Realizar exposições temáticas, como arte produzida a partir de materiais reciclados; Estabelecer campanhas de conscientização periódicas e permanentes; Criar programas com foco sustentável em jardinagem, reuso de materiais e economia de energia; Realizar curadoria de literatura sustentável; Implementar iniciativas de criatividade direcionadas ao meio ambiente.
Tecnológica	Silva (2016); Russo e Silva (2013).	 Disponibilizar pontos para descarte de materiais eletrônicos, como baterias e celulares; Proporcionar monitoramento ambiental; Estimular uso de recursos eletrônicos ao invés de materiais impressos; Incentivar uso de aplicativos e bancos de dados ambientais; Manter perfis em plataformas digitais para expandir a conscientização sobre práticas sustentáveis na comunidade.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Por padrão, as bibliotecas partem de uma dimensão informacional na qual se acoplam suas funções tradicionais, como oferta de produtos, serviços e processos em geral vinculados a um acervo. Outros paralelos desta dimensão seriam a disseminação da informação e organização do conhecimento, que, de modo direto ou indireto, compõem também um vínculo com as dimensões propostas na Tabela 1, das quais se discute a partir daqui no perfil das bibliotecas parque.

As potencialidades prospectadas na dimensão ambiental se desdobram por meio de ações voltadas para a parcela mais evidente da sustentabilidade: o meio ambiente. A informação ambiental gera a efetividade das outras ações, por meio das práticas sustentáveis, que podem ser trabalhadas nas bibliotecas parque através do estudo dos usuários na comunidade em que a biblioteca se encontra inserida. As ações elencadas, portanto, devem considerar o composto geográfico da cidade e, então, partir destes cenários para realizá-las de modo eficiente junto aos usuários.

Por sua vez, a dimensão educacional prescinde de um caráter pedagógico das bibliotecas parque, cujas ações se encaminham pela formação constante dos indivíduos nos temas relativos



à sustentabilidade. Essa dimensão deve utilizar-se dos recursos da própria biblioteca, sobretudo de sua estrutura, para dar conta das atividades realizadas com foco em desenvolver competências em informação para autonomia dos usuários, ou seja, para ensiná-los a praticar de forma autônoma aquilo que aprendem no envolvimento com as ações praticadas.

A dimensão social congrega ações que englobam similaridades às anteriores, mas sob um viés mais cidadão e de interatividade. Aqui, portanto, o que se prospecta é a intercomunicação entre agentes nas bibliotecas parque, como os usuários e os parceiros das bibliotecas. Uma boa forma de executar as ações desta dimensão seria por meio da aproximação com as escolas e com o setor privado a fim de gerar um diálogo sobre sustentabilidade considerando a formação inicial dos usuários potenciais do espaço da biblioteca.

Em medida parecida, a dimensão cultural expande a dimensão social, que também se alinha à dimensão educacional. Nessa categoria, as ações se mostram mais lúdicas para chamar atenção dos usuários e fidelizar sua frequência ao espaço. Em uma biblioteca parque, essas ações são mais livres por conta das possibilidades de uso das instalações físicas e dos recursos informacionais para aproximações temáticas com a sustentabilidade.

Por fim, a dimensão tecnológica pode se usar das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) — como a Internet, por exemplo — para inserir os usuários em um contexto mais abrangente e imediato das questões ambientais. O uso dessas tecnologias permite uma série de ações que, em simultâneo, podem ser combinadas com as outras dimensões para deflagrar uma impressão mais duradoura nos indivíduos, além de alfabetizá-los no uso de equipamentos digitais para acompanhamento das ações sustentáveis de que podem se valer para a preservação planeta.

Tais dimensões podem ser mais bem exploradas, mas considerando a pontualidade desta pesquisa decidiu-se por priorizar sua contextualização como potencialidades das bibliotecas parque que ainda poderão ser implementadas no cenário brasileiro. Trata-se de um estudo inicial e preditivo ao invés de um relato de experiências. Entretanto, pelo exposto a partir dos trabalhos revisados, tais potencialidades alinham-se de modo promissor às características desse novo modelo de atuação das bibliotecas, que se espera ver replicado com maior incidência nos próximos anos.

5. Conclusões

As prospecções elencadas nos resultados desta pesquisa compõem um corpo teórico para discussão sobre as possibilidades de atuação das bibliotecas parque no cenário da sustentabilidade. Logo, tais potencialidades provêm da estruturação de um debate no qual as bibliotecas públicas continuam evoluindo para ressignificar seu posicionamento como instrumento do Estado para atuação nos ambientes urbanos, e cada vez mais próximas das questões emergentes



como o meio ambiente. De acordo com a literatura considerada na fundamentação teórica, compreendemos que todas estas ações são passíveis de exequibilidade nessas bibliotecas parque, mas ainda há falta de políticas públicas que formalizem essa atuação nesses espaços.

O objetivo do estudo, contudo, se manifestou a partir do apontamento dessas potencialidades, uma vez que ainda não são de fato verificadas nesta escala na atuação das bibliotecas públicas com o perfil de bibliotecas parque. Assim, as perspectivas de continuidade deste trabalho se veem possíveis na realização prática das recomendações tecidas nos resultados. Isto requer, contudo, uma participação mais efetiva do poder público nessas discussões, e também das universidades, a fim de preparar um terreno mais propício para a realização dessas potencialidades em cenários factíveis. Não apenas restritas às causas ambientais, essas potencialidades também tocam as várias camadas do *modus vivendi* citadino dos indivíduos que podem ser beneficiados pelo planejamento, construção, investimentos e manutenção de bibliotecas parque, tais como nos modelos de sucesso em Medellín e no Rio de Janeiro, que podem ser replicados nas demais regiões do Brasil em contextos sociais diversos.

6. Referências bibliográficas

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARDOSO, N. B.; MACHADO, E. C. Bibliotecas públicas verdes e sustentáveis no Brasil. **TransInformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 141-149, maio/ago. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/7dRCtJTvNCHqMzSJQbfMqYy/#. Acesso em 14 set. 2023.

CASTRO, J. B. **Biblioteca parque viva:** transformando uma realidade. 2020. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/han-dle/123456789/959. Acesso em: 29 set. 2023.

CORRÊA, N. S.; SÁ, M. I. F.; SOBRAL, F. C. F. A evolução das bibliotecas na sustenta-bilidade ambiental: uma análise comparativa de casos da América Latina. *In:* ENCUENTRO IBÉRICO EDICIC, 9., 2019, Barcelona. **Anais eletrônicos...** Barcelona: EDICIC, 2019. Disponível em: http://eprints.rclis.org/34436/. Acesso em: 15 set. 2023.

HÜBNER, M. L. F.; PIMENTA, J. S. Bibliotecas parque de Medellín: a biblioteca pública se reinventa. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 3, n. 3, p. 20-32, set./dez., 2020. Disponível em: https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/586. Acesso em: 12 out. 2023.

IFLA. International Federation of Library Associations and Institutions. **As bibliotecas podem promover a implementação da Agenda 2030**. São Paulo: FEBAB, 2016. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/438. Acesso em: 20 out. 2023.



LEAL, N. O. **O Teatro Castro Alves:** da gestão à visão dos produtores culturais. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) — Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/16793. Acesso em: 12 out. 2023.

MARANHÃO, J. B. P. **Biblioteca Parque da Rocinha:** cotidiano, cultura e cidadania num equipamento cultural carioca. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) — Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13703. Acesso em: 10 out. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília, DF: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

RAULINO, C. E. C.; MEIRA, R. B. A circulação de um modelo verde no Brasil: a Biblioteca Parque Villa-Lobos. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 35, n. 88, p. 13-28, jul./set. 2021. Disponível em: http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/58360. Acesso em: 15 out. 2023.

RUSSO, M.; SILVA, S. S. A. Biblioteca pública em ação: o estudo de caso da Biblioteca Parque CONGRESSO **BRASILEIRO** DE BIBLIOTECONOMIA, Manguinhos. In: DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. Anais Florianópolis: CBBD. eletrônicos... 2013. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1277. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, A. G. Bibliotecas parque no Rio de Janeiro: breve histórico. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 32-45, abr. 2016. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/28053. Acesso em: 2 out. 2023.

SPUDEIT, D.; PRADO, J. M. K. Bibliotecas parque e Agenda 2030: análise das atividades no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Florianópolis, v. 3, n. esp., 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/835/656. Acesso em: 25 set. 2023.